

As relações entre Brasil, Argentina e Venezuela como eixo definidor da arquitetura de segurança na América do Sul e o papel do Brasil frente ao mesmo.

Rafael de Moraes Baldrighi

Vinculado ao Departamento de Relações Internacionais (UFS)

Érica Cristina Alexandre Winand (Orientadora)

O trabalho se encontra dentro do campo de análise das Relações Internacionais, nas áreas de Defesa e Segurança e tem como objetivo principal analisar as dinâmicas regionais de poder Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que é uma iniciativa brasileira que coincide com o debate sobre o status brasileiro de potência emergente na década passada. Como objetivos secundários, elencam-se: analisar os fatores que levaram o Brasil ao papel de líder no CDS, o momento em que essa liderança se esvaiu e as modificações nas relações do eixo Brasil-Argentina-Venezuela. A Argentina disputa a liderança regional com o Brasil historicamente e, nos anos 2000, a aproximação Kirchner-Chávez trouxe um novo eixo de balanceamento de poder, já que a Venezuela possuía grande força ideológica e de capacidades materiais para superar o Brasil enquanto líder. As mudanças dos governos Lula/Dilma-ambos os Kirchner-Chávez para os governos atuais denotam novo cenário político que condicionará a geopolítica sul-americana no tocante à balança de poder realizada entre os três atores mencionados. As mudanças políticas na América do Sul estão encaminhando uma modificação no padrão de relacionamento entre os três Estados, no atual contexto Temer-Macri-Maduro, motivo pelo qual se trata de um problema a ser acompanhado.

Palavras-Chave: Brasil, Argentina, Venezuela, Geopolítica, CDS.

Introdução

A integração regional é um tema amplamente debatido ao longo do século XX na América Latina. Tentativas foram muitas, mas o relativo sucesso destas parece ter sido obtido apenas após as ondas liberalizantes dos anos 90 e durante a emergência de governos de centro-esquerda na primeira década do novo milênio.

Podemos traçar iniciativas de integração regional a partir do Plano ABC do Barão do Rio Branco, no início do século XX, que alinhava Argentina, Brasil e Chile (BARNABÉ, 2012). O plano fracassaria, mas seria retomado por Perón, ex-presidente argentino, após a Segunda Guerra Mundial, como uma alternativa ao modelo bipolar (Estados Unidos e União Soviética), uma *terceira via*, mas, novamente, fracassaria, devido à divergências entre Brasil e Argentina e a Diplomacia de Obstrução por parte do Brasil. (CERVO, 2007).

Ao contrário de Brasil e Argentina, a Venezuela mostrou-se próxima à ideia de integração regional apenas no Governo Pérez Jiménez na década de 50, chegando até a antecipar a Operação Pan-Americana de Kubitschek, segundo Cervo (2007). O autor afirma, porém, que os vínculos entre Venezuela e o Brasil eram praticamente irrelevantes, apontando que o Brasil perdera o posto de grande supridor da Venezuela após a Segunda Guerra e que não existia comunicação marítima direta entre os países. Após a ditadura de Pérez (enquanto os países sul-americanos gozavam de uma democracia pós-guerra), um governo democrático se instalou, com destaque para Betancourt, no fim da década de 50 e início da de 60. Em Brasil e Argentina, porém, a década de 60 foi marcada por golpes de Estado e a instauração de ditaduras militares, o que afastou ambos os países da democrática Venezuela, que viria a isolar-se, apoiando-se na exportação de seu principal produto, o petróleo.

Durante as ditaduras que assolaram o subcontinente sul-americano (em Argentina, Brasil e Chile, por exemplo), as tentativas de integração encontravam dificuldades na relação bilateral Brasil-Argentina (agravadas pelo desentendimento hidrelétrico nas Sete Quedas), enquanto a Venezuela seguia isolada (CERVO, 2007). O autor afirma que os três países tinham ambições nacionais de integração desmesuradas historicamente. A Argentina de Perón que se sentia autossuficiente para dar seguimento à criação de um bloco e garantir a autonomia deste frente ao mundo bipolar, o Brasil que desejava arrastar os vizinhos em um

modelo desenvolvimentista estatal baseado no mercado local após o Milagre Econômico e a Venezuela de Pérez Jiménez que tentou utilizar o bolivarianismo para estimular a união dos países latino-americanos sob a Venezuela e seu petróleo.

A *década perdida*, 1980, chegou e, com ela, o fim do modelo desenvolvimentista, a redemocratização e a recessão. Os debates sobre o Mercosul iniciaram-se, assim como uma aproximação entre Brasil e Venezuela estabelecia-se através da diplomacia do presidente José Sarney.

Dentro das reformas liberalizantes dos anos 90, surge o Mercosul, do qual Brasil e Argentina faziam parte. Ambos os países vinham adensando suas relações bilaterais desde a década anterior (FUCCILLE, 2014). De acordo com Cervo (2007), nesta década, a América Latina encontrou-se sob o signo neoliberal, onde Argentina e Chile adaptaram-se rapidamente ao modelo que substituíra o desenvolvimentismo, enquanto Brasil e Venezuela apresentavam “hesitações políticas e tropeços operacionais” (CERVO, 2007:216), adotando o liberalismo de maneira mais branda que seus vizinhos do Cone Sul.

O novo milênio foi, então, marcado pela reavaliação das políticas neoliberais adotadas na década de 90 e pelo surgimento de governos de centro-esquerda, uma esquerda moderada, na América do Sul (BARNABÉ, 2011). Chávez, Maduro, o casal Kirchner, Morales, Correa, Lula, Dilma, Lugo, Vasquez, Mujica e Bachelet são os principais nomes desse movimento, “novos governos crescentemente identificados com as demandas da cidadania e dos movimentos sociais experimentavam uma oportunidade de condução dos negócios nacionais” (FUCCILLE, 2014: 113).

Nesse contexto, o século XXI viu o aumento do preço das *commodities*, o que beneficiou demais Brasil (soja, ferro), Argentina (carne, trigo) e Venezuela (petróleo). O alinhamento ideológico entre os governos de centro-esquerda, a criação de organismos, como a Alba e a Unasul e a entrada da Venezuela no Mercosul seriam os motores da virada que ocorreria na América do Sul em relação à década liberal de 1990 na direção da integração regional guiada pela centro-esquerda. Fuccille aponta que o fim da Guerra Fria, o ambiente democrático que surgiu depois das ditaduras, o processo de globalização e as novas ameaças

aumentaram as medidas de confiança mútua entre os países da América do Sul (FUCCILLE, 2014).

E, claramente o eixo de poder anterior, o ABC, agora se transformava no ABV, Argentina, Brasil e Venezuela. (BARNABÉ, 2012).

Os anos dourados do Brasil e a liderança regional

O objetivo principal deste trabalho é analisar as dinâmicas regionais de poder Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a liderança do Brasil frente a este e a Unasul (sua construção e seu esvaimento). Em 2008, com o Brasil à frente das negociações, junto dos outros doze países membros (Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela e Paraguai), a Unasul foi criada, surgindo a partir de discussões no campo da política que apontavam para uma necessidade de maior comprometimento com a convergência de interesses, que se expressam na criação do Conselho de Defesa (BARNABÉ, 2011).

O Conselho de Defesa Sul-Americano foi criado no contexto de uma necessidade regional de conseguir certa unicidade em matéria de Defesa no subcontinente sul-americano e possui potencial para promover interesses brasileiros de longo prazo na área de Defesa (ABDUL-HAK, 2013). Em seu Estatuto, de 11 de dezembro de 2008, no artigo 4, são apontados os objetivos do CDS:

- a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.
- b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe.
- c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (ESTATUTO DO CDS)

Este, que foi criado a partir de um esforço do Brasil de Lula em 2008, reflete o papel de líder que o Brasil representaria para a região naquela época e um esforço de inserção

internacional (WEYLAND, 2016). Portanto, a iniciativa brasileira busca unidade e estabilidade na região, desenvolvendo a área de Defesa no subcontinente. O país seria um *líder natural* (BARNABÉ, 2012). O país é o quinto em extensão territorial do mundo, o quinto também em população (em 2016) e está entre as dez maiores economias do mundo. Possui mais de quinze mil quilômetros de fronteiras (e limita-se com todos países sulamericanos, exceto Chile e Equador) e mais de sete mil de litoral. Além disso, possui recursos naturais em abundância dentro de seu vasto território: “terras férteis para a agricultura, reservas imensas jazidas de ferro e outros minerais metálicos, urânio, biodiversidade, enormes reservas de água e recursos hidroelétricos.” (BANDEIRA, 2008: 1). Fuccille afirma que o Brasil na América do Sul está relacionado a números grandiosos: “48% da área total do subcontinente, 50% de sua população, 59% de sua economia/PIB” (FUCCILLE, 2014: 112). Sua população, território e economia são enormes e muito maiores quando comparados com qualquer outro Estado sulamericano individualmente (LIMA, HIRST, 2006). De acordo Lima e Hirst, o país ainda vem – na década passada – tentando expandir seu papel e as responsabilidades que assume através de políticas regionais (criação da Unasul), agendas no terceiro mundo (papel na África, BRICS) e participação em instituições multilaterais (o desejo de um assento no Conselho de Segurança da ONU), nos termos de um *soft power*. Segundo Lima e Hirst (2006), o governo Lula é de grande destaque para essas mudanças e os ganhos econômicos e comerciais de cooperações entre países *do Sul* representaram um aumento da importância estratégica ao Brasil. O país ainda buscou estreitar os laços com a Argentina, fortalecendo o Mercosul. Em relação à presença brasileira outros países, as autoras destacam o papel de *bombeiro* da América Latina, onde o país interveio na Venezuela, Bolívia, Equador e Haiti. Além disso, destacam que o país apresentava um alinhamento ideológico com os países da região, o que facilitava as relações, como já mencionado anteriormente.

Weyland(2016) destaca que o Brasil, mais do que nunca, assumia, na década passada (2010), um papel de líder regional (o autor afirma que basta olhar para o mapa da América do Sul para saber disso) e de influente global (WEYLAND, 2016). De acordo com o autor, o Brasil conta com cooperação econômica para tonificar seu desenvolvimento e, conseqüentemente, sua base de recursos para projetar sua influência internacional. Weyland(2016) salienta que apesar uma grande aproximação entre Caracas e Buenos Aires, quando Chávez clamou liderança regional e enviou bilhões de petrodólares para comprar apoio diplomático na Argentina, o Brasil respondeu criando laços econômicos estreitos com a Apoio PIBIC/COPES – UFS

Venezuela e aceitando concessões comerciais injustas com a Argentina, assim, as dependências dos vizinhos em relação ao Brasil consolidarão a liderança brasileira na região. Os investimentos brasileiros, na Bolívia (gás natural), Venezuela (Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco) e no Paraguai (Itaipu) são exemplos disso. E, através da Unasul, o país, segundo o autor, estaria começando a estabelecer sua liderança política na América do Sul.

O papel e liderança exercidos pelo Brasil na América do Sul (e, conseqüentemente, no Conselho de Defesa Sulamericano) serão interpretados a partir da teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) de Buzan e Wæver (2003), que definem como um CRS um determinado conjunto de Estados os quais os processos relacionados à Segurança não podem ser analisados – ou resolvidos – separando-se uns dos outros (BUZAN, WAEVER, 2003), atualizado e expandido por Fuccille e Rezende (2013). Segundo Fuccille e Rezende (2013), a região é unipolar (Brasil), a partir de um papel principal autorizado pelos Estados Unidos, onde o Brasil tem a função de centralizador nos subcomplexos Norte Andino e Cone Sul. “Isso faz com que o CRS regional seja descrito como centrado, em que a potência unipolar não é uma potência global, inaugurando, assim, um primeiro caso empírico desse tipo de CRS.” (FUCCILLE, REZENDE, 2013:78).

Fuccille e Rezende (2013) afirmam que o Brasil, exercendo o papel de potência unipolar na América do Sul, consegue dominar as dinâmicas relativas à Segurança na região por duas razões: a primeira, uma diminuição da atuação dos Estados Unidos na região – uma erosão da influência estadunidense devido aos ataques de 11 de Setembro, da crise de 2008, da recuperação russa, do crescimento do protagonismo da China e das intervenções no Iraque e Afeganistão (FUCCILLE, 2014: 112). O que permitiu o surgimento de uma segunda razão: novos atores exercerem um protagonismo; e, a partir disso, o Brasil assumiria tal protagonismo dentro do CRS, “aproximando as agendas de segurança ainda mais dos dois subcomplexos” (FUCCILLE, REZENDE, 2013: 85). Tal aproximação se daria através da institucionalização, com a criação da Unasul (e do CDS) e da entrada da Venezuela no Mercosul.

Podemos então diferenciar o proposto pelos autores do que Buzan e Wæver (2003) propõem:

Diferentemente do que apontam Buzan e Wæver, a coesão institucional e o futuro de uma possível comunidade de segurança passam a ter mais a ver

com o futuro da Unasul do que do Mercosul e do papel exercido pelo Brasil. O protagonismo exercido pelo país na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualifica como ator central para o CRS, exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional. (FUCCILLE, REZENDE, 2013: 85)

Fuccille e Rezende (2013), assim como Lima e Hirst (2006), também salientam as mudanças importantes (internas e externas) ocorridas durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A Unasul e o CDS foram instituídos durante o mandato do presidente. De acordo com Bandeira:

O presidente Lula, desde o início do seu mandato, demonstrou que sua política exterior trataria de robustecer a parceria estratégica com a Venezuela e aprofundar os vínculos com a Argentina, seu principal sócio no Mercosul, e que a integração da América do Sul era sua prioridade número um. (BANDEIRA, 2008: 14)

Concluindo, Fuccille e Rezende (2013) afirmam que, ainda que o Brasil possua um papel oscilante como líder/protagonista, suas modestas iniciativas bastam para agregar os subcomplexos Norte Andino e Cone Sul. Além disso, a certa autonomia (já mencionada) da América do Sul em relação aos Estados Unidos dá proeminência ao papel brasileiro como “articulador das percepções de segurança dos dois subcomplexos regionais” (FUCCILLE, REZENDE, 2013:95).

Portanto, para os autores:

A institucionalização da Unasul e do CDS contribui para reafirmar a posição brasileira nesse processo. O CRS da América do Sul é de um modelo centrado, mas com um centro frágil, e sua estabilidade depende da atuação do Brasil como um centro estabilizador – premissa compartilhada com Buzan e Wæver (2003). A pergunta que fica, todavia, é: será que estamos preparados para assumir essas novas responsabilidades? (2013: 95).

Desse modo, o Brasil apresentava – e de certo modo ainda apresenta (isto será apresentado na seção seguinte) – capacidades de liderança regional, *naturais* (as quais ainda apresenta) ou políticas muito maiores que qualquer outro país da América do Sul, inclusive Argentina e Venezuela. Como já exposto à cima, a liderança regional do Brasil foi consolidada com o apoio desses dois países – ainda que com divergências e dificuldades –, seja por cooperação econômica ou por alinhamento ideológico (Chávez, Lula, os Kirchner) dos executivos vigentes. No meio acadêmico venezuelano, de acordo com Moreno (2014), governos de distintos signos ideológicos representam a principal dificuldade para a integração. (MORENO, 2014). A grande força *neobolivariana* e antiamericana da Venezuela,

a *Grande Pátria Bolivariana*, representa um grande poder ideológico daquele país, que pode ser encontrado na Alba (Aliança Bolivariana para as Américas) e nos radicalismos *anti-imperialistas* desse país – segundo Fuccille (2014), o Brasil procura inclusive moderar tais radicalismos bolivarianos. Assim como a grande extensão territorial argentina também representa uma fonte de poder, bem como a sua população razoável. Porém, nenhum dos dois países apresenta economia semelhante à do Brasil (de acordo com os dados do FMI sobre o PIB dos países em 2016, o dobro da soma dos PIBs de Venezuela e Argentina resulta em um valor inferior ao PIB brasileiro para o mesmo ano – mesmo com a economia nacional em queda), nem território (o Brasil é maior que a soma dos territórios dos dois países) e população (a mesma conta vale para o número de habitantes). Liderar, porém, possui seu preço, que não é barato, e é preciso desejo e mobilização para tal (FUCCILLE, REZENDE, 2013).

O país, porém, desde o fim do governo de Luís Inácio Lula da Silva vêm apresentando instabilidade econômica e política e alterações na agenda externa e regional. Outras mudanças também vêm ocorrendo nos países vizinhos e mudando a conjuntura do cenário sulamericano.

A decadência brasileira e uma virada na América do Sul

A década de 2010 chegou e o cenário sul-americano aparenta passar por uma nova virada no seu contexto político e econômico. Alguns acontecimentos vão resultar na desaceleração da integração regional (OLIVEIRA, 2015), enfraquecer a liderança do Brasil frente ao CDS e à América do Sul, colocar o modelo venezuelano chavista em xeque e causar mudanças políticas da centro-esquerda no contexto do subcontinente. Abaixo serão apresentados, em seções, alguns dos fatores que levaram a tais resultados:

Dilma e o Internacional

A presidenta Dilma Rousseff foi candidata que sucedeu o presidente Lula, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da conformidade ideológica e de pertencerem ao mesmo partido, as atitudes de Dilma voltadas para o regional diferiram em relação às de Lula.

De acordo com Malamud e Rodriguez (2013), enquanto o governo Dilma “reafirma a parceria estratégica com a Argentina e reconhece o Mercosul como o maior projeto internacional do país, esse bloco afasta-se cada vez mais de seus objetivos originais e perde relevância econômica e política.” (MALAMUD, RODRIGUEZ, 2013: 176). Fuccille (2014) afirma que a dificuldade do governo Rousseff residia em “um resiliente quadro externo de crise, que impacta diretamente os planos doméstico, regional e global [...], combinado ao pouco entusiasmo que a mandatária nutre pelas questões internacionais” (FUCCILLE, 2014: 119). Miriam Saraiva (SARAIVA, 2014) afirma que a vontade política de Lula, em articular visões positivas sobre a liderança regional brasileira, não foi sustentada por Dilma. “A ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente à região no que diz respeito às ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas” (SARAIVA, 2014: 32). A autora ainda afirma que as iniciativas brasileiras no CDS ficaram em compasso de espera. O difícil momento econômico levou a ação de arcar com os custos da cooperação a serem vistos com maus olhos pelo governo, que diminuiu investimentos propriamente ditos no final do primeiro mandato da presidenta. “A perspectiva de arcar com custos da cooperação regional passou a ser vista com reticências pelo novo governo” (SARAIVA, 2014: 32).

Portanto, podemos concluir que o governo Dilma não levou a integração regional e a liderança do Brasil na América do Sul e no CDS como era levada no governo Lula, onde o presidente via o internacional e o regional com mais atenção, em especial o Mercosul e a Unasul e seu CDS. Oliveira (2015) aponta como uma debilidade da Unasul o protagonismo dado ao poder executivo de seus membros. Assim, a atuação de um(a) presidente(a) afetaria diretamente a Unasul, e, no caso de Dilma, a autora adjetiva a política externa da presidenta como *tímida*.

Instabilidades Políticas e Econômicas no Brasil

As eleições presidenciais de 2014 foram vencidas pela presidenta Dilma Rousseff (PT), que se reelegeu. O seu partido, porém, não era maioria nas câmaras. Além disso, o resultado da eleição foi apertado, tendo o PSDB (partido do candidato derrotado no segundo turno, Aécio Neves) pedido auditoria dos votos. O PT e a presidenta estavam, então,

enfraquecidos, o que se agravou com os escândalos de corrupção da Petrobrás, a Operação Lava-Jato e protestos de parte da população pedindo o *impeachment* da presidenta. E foi exatamente o que ocorreu. Dilma Rousseff foi cassada em agosto de 2016, sob um grande debate que questionava a legitimidade do processo, tendo Michel Temer, seu vice peemedebista, assumido o cargo de presidente do Brasil.

Como já mencionado anteriormente, em Oliveira (2015), o protagonismo dado ao executivo é uma debilidade da Unasul. Além disso, segundo Moreno (2014), governos de distintos signos ideológicos representam a principal dificuldade para a integração. O resultado é um rompimento ideológico grande entre Dilma Rousseff e Michel Temer (que possui um viés mais liberal/conservador), o que é prejudicial para as relações brasileiras na América do Sul. Efeitos disso já podem ser vistos: em Março (antes do *impeachment*), Uruguai, Bolívia, Venezuela e Equador manifestaram apoio a Dilma; após o *impeachment*, os três últimos países anunciaram que chamariam embaixadores de volta; e no discurso de Temer na ONU em setembro, seis delegações recusaram-se a ouvi-lo (Equador, Costa Rica, Bolívia, Venezuela, Cuba e Nicarágua), todas de países latino-americanos.

Portanto, turbulências políticas levaram a um rompimento ideológico – interno e com alguns países da região – e ao questionamento da legitimidade do processo de *impeachment*, que causou atritos entre países da Unasul e o novo governo Temer.

A questão econômica também é outro fator de instabilidade interna que prejudicou a liderança brasileira regional. Como já citado, Fuccille e Rezende (2013) afirmam que o preço de liderar não é barato. Além disso, Saraiva (2014) também afirmou que o difícil momento econômico fez com que arcar os custos da cooperação fosse visto com maus olhos, estando o governo Dilma reticente a tais assuntos. O PIB vem apresentando quedas sucessivas desde 2014, enquanto a inflação apresenta-se crescente e, até agosto de 2016, o PIB da indústria colecionou cinco semestres seguidos de queda.

Portanto, com a economia em recessão, liderar o custoso processo de integração regional é dificultado.

Outros fatores regionais que enfraqueceram a integração regional e a liderança do Brasil

Podemos começar com o caso da Venezuela. O país tem passado por problemas que estão contribuindo para enfraquecer o país e conseqüentemente afetar o eixo Brasil-Argentina-Venezuela. Primeiro podemos citar a morte do líder bolivariano e carismático, Hugo Chávez, em 2013. Segundo Oliveira (2014), a morte de Chávez foi um duro golpe para a unidade regional. Outro fator que podemos citar é a crise de abastecimento que o país passa. Chegando a passar por risco de crise alimentar, a Venezuela tem sofrido com desabastecimento até de papel higiênico e preservativos. Isso causa comoção pública, que pode ser encontrada nos diversos protestos que estão ocorrendo desde 2014, onde oposição e boa parte da população questionam a atuação do atual presidente Nicolás Maduro. Outro fator de crise venezuelana a ser apontado é a grande queda no preço do barril de petróleo, principal produto venezuelano. Os preços médios em dólares dos preços do barril de petróleo da OPEP decresceram de pouco mais de 109 dólares em 2012 para menos de 40 dólares em 2016 – até o momento, outubro de 2016. Por último, para piorar a crise, o debate sobre a expulsão da Venezuela do Mercosul existe. Temer ameaçou, em outubro de 2016, excluir o país caso este não cumpra os requisitos básicos exigidos. Isto representaria um erro de cálculo, do Brasil, uma vez que Fuccille e Rezende (2013) destacaram que a entrada venezuelana no Mercosul representaria uma aproximação de agendas de segurança na região, o que faz com que o Brasil exerça maior protagonismo no complexo regional de segurança sul-americano.

A Argentina também sofreu mudanças e crises nos últimos anos. Assim como a morte de Hugo Chávez, segundo Oliveira (2015), o falecimento de Néstor Kirchner foi um duro golpe para a unidade regional. Após o fim do mandato da esposa de Néstor, Cristina, o eleito para presidente, em 2016, foi Mauricio Macri, do *Propuesta Republicana*, um partido de centro-direita, com ideologia liberal conservadora, diferenciando-se dos seus antecessores e da centro-esquerda na América do Sul. Macri e Temer podem ser relacionados à reorganização das forças conservadoras latino americanas, que foi como Oliveira (2015) definiu a restauração conservadora que enfraquece o Mercosul e a Unasul atualmente. O presidente que iniciou o mandato com altas taxas de aprovação, agora as vê cair, enquanto a inflação de janeiro a maio é estimada em 25% pelo instituto Estatal INDEC e a economia piora. Além disso, o seu partido possui poucas cadeiras nas câmaras argentinas e apenas dois governadores provinciais, o que torna seu posto instável – um paralelo com Dilma pode aqui

ser traçado, onde o Partido dos Trabalhadores estava em menor número nas câmaras. Uma Argentina em crise é ruim para o Brasil, já que ambos são os principais países dentro do Mercosul, além de membros fundadores, históricos parceiros em busca da cooperação e grandes parceiros comerciais. Além disso, uma incoerência ideológica entre Maduro-Temer-Macri forma-se onde antes estavam nomes como Lula, Dilma, os Kirchner e Chávez. E, como já citado acima, de acordo com Moreno (2014), governos de distintos signos ideológicos representam a principal dificuldade para a integração.

O Paraguai, segundo Oliveira (2015), também causou uma desaceleração na região. O *impeachment* do Presidente Fernando Lugo, em 2012 é descrito, por muitos, segundo a autora, como um golpe administrativo. O bloco acionou a cláusula democrática e suspendeu o país do Mercosul temporariamente, por quase um ano. Ainda segundo Oliveira (2015), a Aliança do Pacífico pode dividir forças e transferir a integração política para o mercado, no livre comércio. México, Chile, Peru e Colômbia a compõem. Tal aliança “promove uma alteração no desenho político regional” (OLIVEIRA, 2015: 257).

Assim, vários fatores internos e externos interferiram para minar a liderança brasileira constituída na década passada. As dimensões do peso do Brasil no cenário sul-americano podem ser vistas nas repercussões das crises enfrentadas por este país nos outros países do subcontinente. Além disso, outros fatores em Venezuela e Argentina contribuíram para alterar o signo ideológico da região e a desestabilizar estes países. O eixo ABV aparece mais enfraquecido do que se encontrava na década passada.

Conclusão

Podemos concluir então que a liderança brasileira frente o CDS e à integração regional é vacilante e está estreitamente vinculada ao líder do executivo. Isso se mostra um fator negativo para a integração, que depende de líderes integracionistas – Perón, Pérez Jiménez, Chávez, Lula – para avançar e mostra-se frágil quando o líder é substituído, ainda mais quando a ideologia deste muda – e quando esta diverge com os demais. Isso é agravado pelo fato de a América Latina ser instável politicamente, vulnerável a golpes de Estado e mudanças administrativo/parlamentares de legitimidade duvidosa – mesmo após a redemocratização,

podemos citar os exemplos de Dilma, Collor de Melo e Fernando Lugo, no Paraguai. O momento atual aparenta dificuldades para a integração regional e para as economias e políticas do eixo Brasil, Argentina e Venezuela. Os três países passam por recessão econômica, inflação e crise de abastecimento (no caso venezuelano). Temer e Macri apresentam visões ideológicas distintas das de Maduro, além disso, os dois últimos enfrentam uma opinião pública ferrenha com a administração e os três possuem a legitimidade e a estabilidade destes governos questionadas. O custo caro, as divergências ideológicas de novos e entre governos e a alta dependência do poder executivo para integração aparentam colocar a integração em segundo plano no atual momento da América do Sul, assim como enfraquecer o papel de líder do Brasil frente ao CDS e ao subcontinente.

Referências Bibliográficas

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) – Objetivos e interesses do Brasil**, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf>. Acesso em: 19 de outubro, 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Revista Espaço Acadêmico, nº91, dezembro de 2008.

BARNABÉ, Israel Roberto. **Unasul: desafios e importância política**. Revista Mural Internacional, Ano II, Nº 1, Junho, Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

BARNABÉ, Israel Roberto. **Del ABC al ABV: el eje Argentina, Brasil y Venezuela en la integración de América del Sur**, Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo. Vol. 7. Nº 14, jul-dez, 2012.

BRASIL 247. **Temer ameaça Venezuela com expulsão do Mercosul**. Brasil 247, Mundo, 19 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/mundo/261056/Temer-amea%C3%A7a-Venezuela-com-expuls%C3%A3o-do-Mercosul.htm>>. Acesso em: 20/10/2016.

BUZAN, Barry and WÆVER, Ole. **Regions and Powers; the Structure of International Security**, Cambridge University Press, Cambridge. Pp.40-82, 2003.

CERVO, Amado Luiz (2007) **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva.

ESTATUTO DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CDS.pdf>. Acesso em: 20/10/2016.

EXAME. Venezuela vive risco de crise alimentar, dizem especialistas. Exame, Mundo, 16 de abril de 2015. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/mundo/venezuela-vive-risco-de-crise-alimentar-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 20/10/2016.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jun. 2013.

_____. O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jul/dez. 2014.

G1. Entenda os protestos na Venezuela. G1, Mundo, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/entenda-os-protestos-na-venezuela.html>>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Macri é eleito presidente da Argentina e põe fim a 12 anos de kirchnerismo.** G1, Mundo, 22 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/macri-e-eleito-presidente-da-argentina-e-poe-fim-12-anos-de-kirchnerismo.html>>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Uruguai, Bolívia, Venezuela e Equador manifestam apoio a Dilma e Lula.** G1, Mundo, 18 de março de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/uruguai-bolivia-venezuela-e-equador-manifestam-apoio-dilma-e-lula.html>>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Pesquisa indica que aprovação de Governo Macri está em queda.** G1, Mundo, 29 de maio de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/pesquisa-indica-que-aprovacao-de-governo-macri-esta-em-queda-20160529153505041194.html>>. Acesso em 20/10/2016.

_____. **Argentina divulga primeira inflação da era Macri: 4,2% em Maio.** G1, Economia, 15 de junho de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/argentina-divulga-primeira-inflacao-da-era-macri-42-em-maio.html>>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Indústria cresce após cinco trimestres, mas segue longe do patamar pré-crise.** G1, Economia, 31 de agosto de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/industria-cresce-apos-5-trimestres-mas-segue-longe-do-patamar-pre-crise.html>>. Acesso em: 20/10/2016.

IBGE. A Economia Brasileira no 4º trimestre de 2015: Visão Geral. IBGE, Comentários, 2016. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Comentarios/pib-vol-val_201504comentarios.pdf> . Acesso em: 20/10/2016.

IMF COUNTRY INFORMATION. International Monetary Fund. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/country/>>. Acesso em: 20/10/2016.

LIMA, Maria Regina; Hirst, Mônica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities. **International Affairs**, Vol. 82, Nº 1, pp. 21-40, 2006.

MALAMUD, Andrés; RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Com um pé na região e outro no mundo: O dualismo crescente da política externa brasileira. **Estudos Internacionais (PUCMG)**, v. 1, n. 2, p. 167-183, 2013.

MORENO, Evelyn. La propuesta Venezolana para UNASUR: el imaginario militarista bolivariano en la región. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 1, n.1, jul/dez. 2014.

O GLOBO. **Protestos contra Dilma reúnem 3,6 milhões em todos os Estados.** O Globo, Brasil, 13 de março de 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contradilma-reunem-36-milhoes-em-todos-os-estados-18865889>>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Equador, Bolívia e Venezuela chamam embaixadores após impeachment.** O Globo, Brasil, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/equador-bolivia-venezuela-chamam-embaixadores-apos-impeachment-20027844>>. Acesso em: 20/10/2016.

OLIVEIRA, Fabiana de. **A desaceleração da integração sul-americana: dilemas e desafios em tempos de Unasul, Mercosul e Aliança do Pacífico.** In: IGLESIAS, Enrique (Org.). *Os desafios da América Latina no Século XXI*. São Paulo: Edusp, 2015. P. 245-259.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** *Relações Internacionais*. n. 44, p. 25-35, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n44/n44a03.pdf>>. Acesso em: 18/10/2016.

STATISTA. **Average annual OPEC crude oil price from 1960 to 2016 (in U.S. dollars per barrel).** Statista, Statistics, 2016. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/262858/change-in-opeccrude-oil-prices-since-1960/>>. Acesso em: 20/10/2016.

VEJA. **Em protesto, seis delegações abandonaram discurso de Temer na ONU.** Veja, Mundo, 20 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/em-protesto-seis-delegacoes-abandonaram-discurso-de-temer-na-onu/>>. Acesso em: 20/10/2016.

VENCESLAU, Pedro; CHAPOLA, Ricardo. **Auditoria do PSDB conclui que não houve fraude em eleição de 2014.** O Estado de São Paulo, Política, 11 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp,1777811>>. Acesso em: 20/10/2016.

WEYLAND, Kurt, Realism under Hegemony: Theorizing the Rise of Brazil, in: **Journal of Politics in Latin America**, 8, 2, 143–173, 2016.

